

Anderson Manoel da Silva

**UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: DO AUGE
AOS ANOS 2000**

Monografia de Bacharelado em Economia

**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária
PUC – São Paulo**

Novembro - 2022

Anderson Manoel da Silva

**UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: DO AUGE
AOS ANOS 2000**

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de BACHAREL em Ciências Econômicas, elaborada sob a orientação da Professora Dra. Mônica Landi.

**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária
PUC – São Paulo**

Novembro - 2022

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____ (_____).

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço esse trabalho em especial a minha professora orientadora Mônica Landi e ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), que quanto programa institucional governamental foi fundamental para que eu ocupasse este e outros espaços. Dedico também, a todos os professores que estiveram presentes durante minha graduação e a todos os amigos que me ajudaram nessa jornada.

MANOEL, A. **Uma análise do processo de industrialização no Brasil: do auge aos anos 2000**. São Paulo - SP, 2022. [Monografia de Bacharelado - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]

RESUMO

Este estudo buscou entender o processo ocorrido com a indústria brasileira no período que compreende o pós guerra até o início dos anos 2000, explicitando suas diversas fases bem como as forças atuantes responsáveis pelo desenvolvimento da indústria no país. Analisando a evolução da indústria no Brasil e colocando-a no contexto global, percebe-se que o Estado sempre foi um dos principais agentes responsáveis pelo processo de desenvolvimento industrial, no sentido de tornar a sua base mais moderna e incorporar novas tecnologias ao processo. Os 1990 representa uma inflexão com relação ao modelo de desenvolvimento que até então vigorou, dado as mudanças globais em curso e o que para alguns estudiosos ficou conhecido como modernização neoclássica, este modelo tem recebido críticas, no sentido se seria o modelo mais adequado para o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil.

Palavras-chaves: indústria; desindustrialização; desenvolvimento econômico.

MANOEL, A. **An analysis of the industrialization process in Brazil: from the peak to the 2000s**. São Paulo - SP, 2022. [Monografia de Bacharelado - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]

ABSTRACT

This study sought to understand the process that took place with the Brazilian industry in the period between the post-war period and the early 2000s, explaining its various phases as well as the active forces responsible for the development of industry in the country. Analyzing the evolution of industry in Brazil and placing it in the global context, one can see that the State has always been one of the main agents responsible for the industrial development process, in the sense of making its base more modern and incorporating new technologies to the process. The 1990s represent a turning point in relation to the development model that had prevailed until then, given the ongoing global changes and what for some scholars was known as neoclassical modernization, this model has received criticism, in the sense of whether it would be the most appropriate model for economic growth and development in Brazil.

Keywords: industry; desindustrialization; development and economic

LISTA DE TABELAS

Tabela I

Plano de Metas: previsão e resultados (1957-1961). Página 16.

Tabela II

Crescimento da indústria de transformação (em %). Página 19.

Tabela III

PIB: taxas de crescimento total e setorial (1973-1979). Página 21.

Tabela IV

Taxa média de crescimento dos componentes de demanda efetiva (%). Página 32.

Tabela V

PIB Total e Setorial: taxas medias anuais de crescimento (%). Página 33.

Tabela VI

Exportações segundo fator agregado (%)*. Página 34.

Tabela VII

Importações (em US\$ bilhões). Página 34.

Tabela VIII

Balanço de pagamento (em US\$ bilhões). Página 35.

Tabela IX

Dívida externa e passivo líquido externo. Página 36.

LISTA DE ABREVIATURAS

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CACEX - Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil

PIB - Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PICE - Política Industrial e de Comércio Exterior

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

URV - Unidade Real de Valor

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

CONTEC – Carteira de investimentos de risco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DO AUGE À ESTAGNAÇÃO: O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1950 A 1989	14
2.1 A estrutura industrial brasileira no período de 1950-1967	14
2.2 O ciclo expansivo e a consolidação da estrutura industrial (1968-1979).....	18
2.2.1 II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	20
2.3 O período de 1980 a 1989: A chamada década perdida.....	21
3 A MODERNIZAÇÃO NEOCLÁSSICA: A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1990 A 2000	24
3.1 A nova política industrial.....	24
3.2 O debate teórico sobre a desindustrialização no Brasil	26
3.3 As transformações na estrutura produtiva global.....	29
4 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	32
4.1 A reprimarização da pauta exportadora e a estrutura da pauta importadora	33
4.2 A política macroeconômica e o balanço de pagamentos.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado nessa monografia, o processo e as fases da industrialização brasileira, representa um fator relevante para a economia nacional e para o crescimento econômico do país. A análise da evolução da indústria no Brasil explicita características importantes de nossa economia, de sua dinâmica produtiva e de sua interação com outras nações mediante um contexto de transformações globais.

Foi somente a partir do final da segunda guerra mundial que a indústria brasileira deu um salto qualitativo e quantitativo no desenvolvimento de sua base. Em sua essência, o Brasil constitui um paradigma de país de industrialização retardatária, onde o crescimento econômico junto com as forças produtivas representa um avanço extraordinário. No período que compreende o início dos anos 50 até aproximadamente o final da década de 80, o Brasil teve, em linhas gerais, um crescimento e desenvolvimento industrial substancial, chegando a competir com outros países e interagindo comercialmente com outras nações. Esse avanço só foi possível, graças ao papel fundamental do Estado quanto agente financiador de investimentos e articulador com outras forças presentes na economia, isto é, o capital privado nacional e capital estrangeiro.

Nos anos 1990, economia brasileira é marcada não apenas pela recessão do início da década, mas também representa um ponto inflexão no modelo de desenvolvimento até então vigente, caracterizando desta forma uma reestruturação produtiva. A reestruturação produtiva, conceituada por alguns estudiosos do assunto como modernização conservadora (neoclássica), foi influenciada pelos pressupostos do *Consenso de Washington* e ocorreu como desdobramento do esgotamento do modelo de substituição de importações. Nesse período, destacaram-se o processo de liberalização da economia, através principalmente do programa de privatizações e a criação do plano de estabilização econômica, denominado plano real. Esse processo também é observado nos anos seguintes e perpetua até os dias atuais.

Considerando a relevância do tema, este trabalho tem como objetivo analisar a evolução da indústria no Brasil, suas diversas fases e os agentes precursores deste processo. Os capítulos finais terão como enfoque o debate recente sobre as discussões teóricas a respeito do processo de desindustrialização, as mudanças na

estrutura produtiva global que condicionam a indústria rumo a uma base mais robusta e a análise das causas que fundamentam a argumentação do processo de desindustrialização.

2 DO AUGÉ À ESTAGNAÇÃO: O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1950 A 1989

Nesta seção do trabalho, será apresentado como se deu o processo de industrialização na economia brasileira no período de 1950 a 1989. Será analisado suas diversas fases, controvérsias no período de maior crescimento industrial e a perda de competitividade iniciada nos anos 1980 que se perpetua até os dias atuais.

2.1 A estrutura industrial brasileira no período de 1950-1967

O desenvolvimento industrial brasileiro, assim como ocorreu em outros países, foi possível principalmente graças a participação e orientação efetiva do estado. Historicamente, a primeira experiência de industrialização moderna ocorreu entre os períodos de 1950 a 1960.

Para Wilson Suzingan:

A partir da primeira Guerra Mundial, o Estado começou a estimular o desenvolvimento de algumas indústrias específicas, mas não o desenvolvimento industrial em geral. Os incentivos e subsídios eram concedidos a empresas individuais e não a setores ou indústrias, não eram sistemáticos, e foram poucos eficazes. No período a partir da década de 30, a ação do Estado em defesa do setor agrícola-exportador em crise (café) ajudou indiretamente o desenvolvimento industrial. A demanda por produtos manufaturados passou a crescer primordialmente em função da renda gerada nas atividades ligadas ao mercado interno, e o nível da renda foi mantido elevado por políticas macroeconômicas expansionistas em defesa do setor exportador. (SUZIGAN, 1988, p.6).

Mas foi somente a partir de 1950, que o Estado teve um papel significativo na estruturação do setor industrial. No primeiro momento, sendo o responsável pela articulação entre o próprio Estado, o capital privado nacional e o capital estrangeiro. Nesse sentido, começaram a operar no país empreendimentos voltados a produção de minério de ferro (Companhia Vale do Rio Doce), barrilha e soda cáustica (Companhia Nacional de Álcalis), aço (Companhia Siderúrgica Nacional) e foram realizados investimentos diretos em infraestrutura, principalmente nos setores de energia e transporte. Como resultado dessas medidas, ocorreu aumento do emprego urbano, o mercado doméstico se expandiu e ao mesmo tempo, mantinham-se o incentivo a substituição de importações ao processo de industrialização. No início da

década de 50, vale ressaltar que declinou consideravelmente o coeficiente de importações da oferta total de bens de consumo duráveis, bens de capital e bens intermediários. Foram tomadas também outras quatro medidas importantes para a continuidade do avanço industrial brasileiro, são elas: A elaboração das Instruções 70 e 113 da SUMOC, a Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a criação da Petrobrás.

A instrução 70 da SUMOC de 1953, tinha como principal objetivo disciplinar a alocação de importações de forma mais coerente e de acordo com os interesses industriais. Além disso, mediante leilões de divisas passou a representar uma fonte fundamental de receitas para o Estado. Já o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), tinha como finalidade apoiar a ampliação de infraestrutura de transportes e energias, enquanto a Petrobrás servia como monopólio estatal de petróleo nas atividades de prospecção, produção e refino do produto. A instrução 113 da SUMOC de 1955, permitiu que empresas estrangeiras instaladas no Brasil importassem máquinas e equipamentos sem cobertura cambial (sempre que as autoridades brasileiras avaliassem como benéficas para o desenvolvimento do país). Além de atrair investimentos estrangeiros em setores de tecnologia mais complexa, a Instrução 113 tinha a finalidade também de “resolver” à crise no balanço de pagamentos e a acumulação dos serviços de dívida contraída em função do aumento das importações.

Em 1956, sob comando do então presidente da república, Juscelino Kubitschek, foi criado o Plano de Metas. Caracterizado por uma intensa diferenciação industrial em um curto espaço de tempo, o plano de metas possibilitou a instalação de indústrias automobilísticas, de construção naval e material elétrico pesado. Assim como, se expandiram também as indústrias básicas (siderúrgica, metais não ferrosos, química pesada, petróleo, celulose e papel). Como resultado, a estrutura industrial avançou no sentido de incorporar segmentos da indústria pesada, da indústria de bens de consumo duráveis e da indústria de bens de capital. Substituindo assim, as importações de insumos básicos, máquinas e equipamentos, automóveis, eletrodomésticos entre outros.

Tabela 1 - Plano de Metas: previsão e resultados (1957-1961)

Meta	Previsão	Realizado	%
Energia Elétrica (1.000 t.)	2.000	1.650	82
Carvão (1.000 t.)	1.000	230	23
Petróleo – Produção (1.000 barris/ dia)	96	75	76
Petróleo – Refino (1.000 barris/ dia)	200	52	26
Ferrovias (1.000 Km)	3	1	32
Rodovias – Construção (1.000 Km)	13	17	138
Rodovias – Pavimentação (1.000 Km)	5	-	-
Aço (1.000 t)	1.100	650	60
Cimento (1.000 t)	1.400	870	62
Carros e caminhões (1.000 un.)	170	133	78
Nacionalização (carros - %)	90	75	-
Nacionalização (caminhões - %)	95	74	-

Fonte: Banco do Brasil. Relatório e anuário estatístico, vários anos, apud ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política republicana, 1889/1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

No período 1957-1961, o PIB cresceu à taxa anual de 8,2%, o que resultou em um aumento de 5,1% ao ano na renda per capita, ultrapassando o próprio objetivo do Plano de Metas. A avaliação da implementação do Plano é também positiva quando se examinam as metas setoriais, que, em sua maioria, alcançaram boas taxas de realização em relação às previsões. Somados a isso, foram importantes também para os avanços mencionados, o estabelecimento de outros instrumentos de política econômica, como por exemplo: o aumento da carga tributária e do déficit fiscal como forma de financiamento; o crédito oficial subsidiado para estimular a acumulação do setor privado nos setores considerados estratégicos e por último, a criação de grupos executivos com representantes da SUMOC, CACEX, BNDE e dos empresários para organizar, incentivar e acompanhar a implementação das diferentes metas setoriais. Na articulação feita pelo Estado entre o capital estrangeiro, as empresas públicas e o capital privado nacional, coube uma proteção especial ao capital privado nacional (a parte mais fraca entre as partes). Basicamente, essa proteção se fez através de vultuosos incentivos para a sua expansão na indústria de capital e nos setores fornecedores das empresas transnacionais. Outro ponto importante, é seu domínio quase exclusivo nos setores não manufatureiros, como por exemplo o da construção

pesada. Com relação a participação direta do Estado, vale destacar a ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional, Petrobrás, Eletrobrás e a criação de outras companhias produtoras de aço.

De acordo com José Serra:

Entre 1949 e 1959, a formação bruta de capital fixo de empresas com participação do governo federal quadruplicou como proporção do PIB, passando por outro lado de 3,1 para 8,2 por cento do total de Formação Bruta de capital Fixo. Por sua vez, o investimento governamental total (governo central e suas autarquias, estados, municípios, inclusive as empresas manufatureiras, extrativas e financeiras) aumentou entre 1956 e 1962 a uma taxa de 15 por cento ao ano em termos reais; os gastos governamentais como proporção do PIB elevaram-se em 15,3 para 17,8 por cento entre 1955 e 1960/61 (SERRA, 1982, p.24).

A partir de 1962, foi perceptível a redução no ritmo do crescimento da economia. Entre 1962 e 1967, a economia brasileira vive sua pior fase no que se refere a crescimento. A taxa média anual de crescimento do PIB caiu mais da metade; o crescimento do produto manufatureiro diminuiu aproximadamente quatro vezes em relação ao do ciclo expansivo anterior e o nível de atividade do setor de construção civil diminuiu em termo absolutos¹. Essa desaceleração aconteceu, principalmente devido a fatores de natureza cíclica e aos grandes investimentos públicos/ privados realizados no início de 1956. Vale ressaltar, que as políticas de estabilização adotadas entre 1963 à 1967, ajudaram na desaceleração e as mesmas foram adotadas devido ao agravamento da inflação (resultado do setor externo e da própria desaceleração).

Para Serra:

O lento crescimento não foi uniforme ao longo destes anos observando-se momento mais desfavoráveis em meados de 1965 e princípios de 1967. Como já mencionamos, para o conjunto do período sobressai a notável desaceleração do ritmo de crescimento do produto manufatureiro. Tal desaceleração foi acompanhada por uma forte contração do investimento manufatureiro cujo nível, em 1967, era de 11 por cento inferior ao de 1962; mais aguda ainda foi a contração da demanda para o setor da construção civil, cujo produto declinou em média 3 por cento ao ano entre 1962 e 1967, sobretudo como reflexo da drástica queda observada em 1965. É interessante assinalar que o investimento público (três esferas do governo e autarquias federais) não apresentou uma queda significativa entre 1962 e 1966,

¹ Análise feita por José Serra (1982), em seu artigo: Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra.

funcionando, neste sentido, como um fator de sustentação do investimento global (SERRA, 1982, p.33).

As alterações na estrutura da política econômica e nos padrões distributivos estavam ligadas a um acentuado aumento das receitas do setor público, ao ligeiro aumento da dívida pública, à organização de um subsistema especializado de crédito ao consumidor e de financiamento à construção habitacional. Dessa forma, permitiram uma liberalização paulatina das importações, “suavizaram” a legislação sobre o capital estrangeiro e a implantação de um sistema de crescentes incentivos às exportações. Como consequência, provocaram uma violenta compressão dos salários.

De modo geral, tais alterações ocorreram no contexto da política de estabilização de preço do regime militar. Essa política, orientou-se fundamentalmente para a eliminação do déficit fiscal, o aperto do crédito e a compressão salarial. Como resultado, a inflação declinou de forma considerável e é sobre essa estrutura, que se apoiará o rápido crescimento da produção industrial na primeira fase do ciclo expansivo posterior.

2.2 O ciclo expansivo e a consolidação da estrutura industrial (1968-1979)

Após a recessão de 1963 a 1967 e as reformas institucionais feitas pelo regime ditatorial em 1964, a indústria brasileira vivenciou um ciclo de rápido crescimento e mudanças estruturais. Na primeira etapa do ciclo, o crescimento econômico da produção industrial se apoiou na capacidade instalada entre os anos de 1950 e 1960. A recuperação começou em 1967 com a política fiscal e monetária estabelecida pelo segundo governo militar. Um dos principais fatores da fase de recuperação, foi o dinamismo da demanda de bens de consumo duráveis. O crescimento da demanda de bens duráveis foi de 13,4 por cento em média, refletindo na maior concentração de renda e na elevação das margens de endividamento das famílias (Serra, 1982).

Tabela 2 - Crescimento da indústria de transformação (em %)

Indústria	1965-1967	1967-1970	1970-1973	1974-1977
I Bens de consumo	4,8	11,6	12,3	4,5
1. Duráveis	13,4	21,9	25,5	5,5
1.1 Transporte	13,1	23,9	24,5	-1,0
1.2 Elétricos	13,9	17,4	28,0	16,0
2. Não duráveis	3,6	9,7	9,1	4,2
II Bens de produção	9,1	13,7	15,7	8,6
1. Capital	4,5	13,7	22,5	8,4
2. Intermediários	10,8	13,7	13,2	8,7
Total	6,8	12,6	14,0	6,6

Fonte: INPES, apud TAVARES, Maria da Conceição. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. V.1.

Dentre as principais características desse período, merecem destaque o crescimento da indústria de bens de consumo não duráveis que se manteve abaixo das taxas de crescimento dos outros setores, alcançando 9,4% ao ano, a expansão dos setores manufatureiro, consumo duráveis e de bens de capital. Sendo que a produção de bens de capital se acelerou de forma significativa depois de 1970. Outros pontos relevantes nessa expansão foram: a abertura estrutural da economia brasileira para o exterior, a retomada do investimento governamental e da construção civil (graças a melhora das condições de financiamento público e o fortalecimento do Banco Nacional da Habitação) e a expansão da liquidez real na economia, baseada na expansão do crédito bancário ao setor privado.

De acordo com José Serra:

Uma das características mais marcantes do ciclo expansivo de 1967-1973 consistiu, sem dúvida, nas desproporções inter e intrasetoriais do crescimento, particularmente na fase de auge do ciclo. No que se refere à indústria, tais desproporções caracterizaram-se pelo considerável atraso do crescimento da produção de bens de produção (máquinas, equipamentos e bens intermediários) com relação ao setor de bens de consumo duráveis, não duráveis e da construção civil. Essa desproporção foi viabilizada pelo acelerado crescimento das importações de bens intermediários e de capital em proporção muito superior a construção civil (SERRA, 1982, p.40).

No final de 1970, as autoridades econômicas se deram conta dos potenciais desproporções existentes e procuraram eliminá-las, por meio de incentivos aos

investimentos privados e realização de investimentos públicos na indústria de bens de capital e de insumos básicos. Duas consequências foram mais imediatas, o surgimento de focos de tensões inflacionárias (antes da crise o petróleo, a inflação mundial teve uma dupla pressão sobre os preços domésticos, via importações e exportações de matérias-primas e alimentos) e a tendência de fortes déficits na conta comercial do balanço de pagamentos a partir de 1971.

2.2.1 II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)

O II Plano Nacional de Desenvolvimento foi a resposta do regime ditatorial à crise conjuntural da economia brasileira, que também tinha como objetivo superar o próprio subdesenvolvimento do país e a maioria de seus investimentos estavam alocados no departamento I (produtor de bens de capital e bens intermediários). Era uma possibilidade de articular a ação e os investimentos das empresas estatais aos investimentos da grande empresa privada nacional. Seu financiamento foi feito em boa parte com empréstimos externos, necessários para o fechamento do balanço de pagamentos que estava desequilibrado por grandes déficits em transações correntes. A crise mundial e seus impactos internos provocaram a sua desaceleração.

De acordo com Lacerda, Bocchi, Rego, Borges e Marques (2018, p. 40):

O governo de Geisel tinha pela frente o desafio de dar continuidade ao crescimento econômico, grande fator de legitimação do regime militar que dirigia o país desde 1964. Isso diferenciava o caso brasileiro dos outros regimes militares latino-americanos, que administravam economias estagnadas, como eram o caso argentino e o uruguaio. Ao mesmo tempo, a facção militar que assumira a presidência tinha um projeto geo-político de afirmação do país como potência, ainda que regional, e de abertura política, com a paulatina transformação do autoritarismo militar. A abertura política “lenta, gradual e segura” deveria conduzir o país, no futuro, a algum tipo ainda não claramente definido de governo civil. A continuidade do crescimento econômico, no entanto, só seria possível com a superação dos estrangulamentos estruturais presentes historicamente em nossa economia. Era fundamental desenvolver o departamento I, superando a forte dependência externa do país com relação a bens de capital, petróleo, produtos químicos, fertilizantes etc. Além disso, os aspectos mais dramáticos da questão social também teriam de ser enfrentados, principalmente com o incentivo da agricultura voltada para a produção de alimentos.

A política econômica do governo Geisel manteve o crescimento da economia, embora a taxas bem inferiores às do milagre econômico. A onda de investimentos do II PND, refletiu em déficit em transações correntes e em crescimento da inflação, o que levou as autoridades econômicas a optar pela diminuição das taxas de crescimento industrial. A taxa de crescimento do PIB caiu de 10,3% em 1976 para 4,9% em 1977 e para 5% em 1978. Vale mencionar, que essa desaceleração da execução do II PND postergou o início de atividades de grandes projetos, como por exemplo, nas áreas de energia, química pesada e siderurgia.

Tabela 3 – PIB: taxas de crescimento total e setorial (1973-1979)

Ano	PIB	Indústria	Agricultura	Serviços
1973	14,0	17,0	0,1	15,6
1974	8,1	8,5	1,3	10,9
1975	5,2	4,9	6,6	4,9
1976	10,3	11,7	2,2	11,4
1977	4,9	3,1	12,1	5,0
1978	5,0	6,4	-2,8	6,1
1979	6,8	6,8	4,8	7,7

Fonte: IBGE.

De modo geral, os limites do II PND foram dados pelos seus próprios objetivos. Alcançar um conjunto muito amplo de objetivos em um prazo bastante pequeno se revelou tarefa superior às possibilidades econômicas e políticas do país, em uma conjuntura externa adversa e seus resultados concretos só foram colhidos em 1983/84, que será pauta do capítulo seguinte desse trabalho.

2.3 O período de 1980 a 1989: A chamada década perdida

No final da década de 70 e início dos anos 80, a estrutura industrial brasileira apresentava elevados graus de integração intersetorial e de diversificação da produção, porém com insuficiente desenvolvimento tecnológico, ineficiências técnicas e econômicas que limitavam sua competitividade, ausência de qualquer padrão nítido de especialização e pouca integração com o mercado internacional. Essas características gerais da estrutura industrial brasileira se refletiam no seu padrão de inserção internacional, caracterizado pela exportação de bens intensivos em recursos naturais, energia e mão de obra barata, e importação de bens intensivos em tecnologia, particularmente máquinas, equipamentos e produtos químicos.

Para Wilson Suzingan:

O ajustamento imposto a indústria em função da crise do início da década de 1980 interrompeu as tendências observadas até 1970/1980 e precipitou a perda de dinamismo do padrão de desenvolvimento industrial anterior à crise. Caíram os níveis de produção e emprego; aumento do coeficiente de exportação da indústria em função de uma política de exportação a qualquer custo como saída a crise do mercado interno e visando gerar saldos comerciais para o serviço da dívida externa; contraiu-se o nível de investimentos de forma mais acentuada que a redução do nível de produção, e reduziu-se o esforço de incorporação de progresso técnico, com enfraquecimento político e econômico da infraestrutura de ciência e tecnologia. (SUZINGAN, 1988, p.6).

No período de 1981 a 1990, verifica-se na economia brasileira estagnação na produção industrial e no PIB per capita. Nesse período, o produto real da indústria cresceu apenas 3,6% e estava ligado ao grande desempenho dos setores extrativistas mineral e de bens de informática, setor que estava em fase implantação. A indústria de transformação como um todo teve sua produção reduzida em 6,4% no mesmo período e o único setor “novo”, ou seja, o de informática foi impactado pela falta de articulação entre a Política Nacional de Informática e as políticas para os demais segmentos do complexo eletrônico. Também com o fim dos investimentos do II PND, a indústria deixou de gerar sua própria demanda e as possibilidades de expansão tendo como base a ampliação do mercado interno ficaram restritas pela crise. Diante disso, a orientação era que uma parcela crescente da produção fosse destinada para o mercado internacional. Essa orientação de produção voltada para fora, ocorreu principalmente nos setores metalmeccânico, químico e petroquímico e nos setores de celulose e papel. Portanto, nos anos 80, a inserção internacional da indústria brasileira foi com base nos segmentos do modelo anterior de desenvolvimento e em produtos intensivos naturais.

Outras características importantes do período são a retração dos investimentos e a limitação do esforço de desenvolvimento científico e tecnológico. Com relação ao primeiro, após ter alcançado a média anual de 24% no período de 1974-1980, a formação bruta de capital fixo como proporção do PIB caiu para 17,4% como reflexo do desequilíbrio das finanças públicas, da inversão do fluxo de recursos externos, do comportamento defensivo das empresas face a conjuntura instável, das incertezas quanto a política econômica e da ausência de uma estratégia de política industrial/

tecnológica. A consequência mais severa da instabilidade macroeconômica com inflação acelerada da década de 80, foi o enfraquecimento do já limitado esforço de desenvolvimento científico e tecnológico e formação de recursos humanos. Essa fragilidade estava associada principalmente ao desequilíbrio das finanças públicas, uma vez que este era o principal provedor de recursos destinados a desenvolvimento científico e tecnológico. Os níveis de investimentos nesse setor no final de 1980 era de aproximadamente 2 bilhões de dólares, dos quais cerca de três quartos eram financiados por recursos da união e o restante por empresas estatais, agentes financeiros do setor público, governos estaduais, municipais e setor privado. No final da década de 80, era notável que a economia brasileira apresentava falta de dinamismo, atraso tecnológico, fortes desequilíbrios na estrutura produtiva e infraestrutura ineficiente. A abertura da economia sem esforço de resolver essas questões acentuou ainda mais as tendências recessivas de nossa economia e que será abordado e debatido nos capítulos seguintes.

3 A MODERNIZAÇÃO NEOCLÁSSICA: A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1990 A 2000

Nesta seção do trabalho, será analisado o período da indústria brasileira que alguns autores consideram como modernização neoliberal, que basicamente representa a inflexão, isto é, a ruptura com o modelo de desenvolvimento de substituição de importações que vigorou na década passada. Adicionalmente, será introduzido o debate teórico acerca do processo de desindustrialização que começa a ganhar forças e ser estudado pelas mais diversas esferas da sociedade, bem como os movimentos globais que condicionam e limitam nossa indústria.

3.1 A nova política industrial

A economia brasileira na década de 90, no que tange a indústria, é caracterizada pela sua reestruturação produtiva. Essa mudança em sua base estrutural, ocorreu como consequência do esgotamento do modelo de substituição de importações e foi impactada pelas mudanças em curso na estrutura produtiva global, principalmente como sequência das deliberações tiradas da reunião que ficou denominada como *Consenso de Washintgon*. Essas mudanças contribuíram para o processo de abertura da economia, desregulamentação dos mercados e privatização de empresas estatais.

Em meados de 1990, a nova política industrial fundamentada na abertura da economia e na liberalização, foi descrita no documento Diretrizes Gerais para Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE). Diferentemente da política industrial dos períodos anteriores, que buscavam a expansão da capacidade produtiva mediante a substituição de importações, a nova política adotada tinha como principal finalidade elevar a eficiência da produção e comercialização de bens e serviços, com base na reestruturação e no melhoramento da indústria. Para Guimaraes², essa nova política industrial e de comércio exterior, tinha como foco cinco grandes finalidades, são elas: reduzir progressivamente os níveis de proteção tarifária, acabar com os incentivos e subsídios concedidos de forma exagerada e fortalecer os artifícios de defesa da concorrência; desenvolvimento de novos setores e segmentos potencialmente

² Guimaraes, E. A. "A experiência recente da política industrial no Brasil", UFRJ, 1995.

competitivos, por meio da especialização produtiva; exposição da indústria a competição internacional, com intuito de maior inserção no mercado externo, melhora dos preços e aumento da competição em setores oligopolizados; desenvolvimento tecnológico das empresas nacionais, por meio de proteção tarifária às indústrias de tecnologia de ponta e disseminação de inovação nos outros setores e por último, a reestruturação da indústria mediante a implementação de meios de coordenação, apoio ao crédito e fortalecimento da infraestrutura tecnológica.

Para atingir os objetivos estabelecidos na PICE, foram criados os programas de competitividade industrial e o programa brasileiro de qualidade e produtividade. Somados também ao papel fundamental desempenhado pelo BNDES, com o modelo de desenvolvimento denominado integração competitiva, que se utilizava das ideias de competitividade e produtividade, separados das políticas setoriais. As novas linhas de créditos, eram por exemplo, destinadas as indústrias que tinham resultados competitivos em termos principalmente de aprimoramento (mão-de-obra, tecnologia etc.).

Para Lacerda, Bocchi, Rego, Borges e Marques (2018, p. 213):

Para as pequenas empresas foram instituída uma carteira de investimentos de risco, o Contec, visando suprir carências de capital. O financiamento do comércio exterior ficou a cargo do Finamex, enquanto o Finame destinava-se à agroindústria. Na intenção de fomentar fusões e incorporação de empresas, foi lançado o Programa de Reestruturação e Racionalização Empresarial, no segundo semestre de 1992. O BNDES foi ainda indicado gestor do Programa Nacional de Desestatização e priorizava três focos de investimentos: A modernização da estrutura produtiva existente, incluindo melhorias tecnológicas em unidades instaladas, substituição de processos e mesmo de unidades produtivas obsoletas, aplicação de sistemas de automação industrial e de controle de processo, introdução de novos produtos, reestruturação de modelos de comercialização e de administração técnica e financeira e estímulo a associações entre empresas; A ampliação da capacidade produtiva por meio de expansões e novas instalações em setores de bens de consumo e de insumos básicos - os investimentos visavam atender à demanda interna e externa paralelamente à modernização dos processos produtivos e Investimentos nos setores de infraestrutura, particularmente nos setores de energia elétrica, transportes e portos - previa-se a ampliação da participação de capitais privados em atividades antes sob a responsabilidade estatal.

Portanto, durante este período os recursos possuíam a finalidade de incrementar a competitividade e produtividade industrial, aumentar e modernizar os

investimentos em infraestrutura, redefinir o papel do Estado, fomentar a iniciativa privada e diminuir os desequilíbrios entre as regiões. Essa combinação da nova política industrial com a recessão provocada pela política de estabilização em vigor, gerou por exemplo por parte das empresas demissões em massa e seus frutos refletiram nos anos posteriores, contribuindo para o processo de especialização e concentração de atividades. Por mais que seja analisado de forma detalhada apenas no capítulo seguinte os principais indicadores e os motivos que fundamentam o debate acerca do processo de desindustrialização em curso no Brasil, faz-se necessário antes examinarmos o debate teórico a respeito do tema bem como as transformações na estrutura produtiva global que condicionam a nossa indústria rumo a uma estrutura mais desenvolvida, robusta e tecnológica.

3.2O debate teórico sobre a desindustrialização no Brasil

O tema da desindustrialização da economia brasileira tem sido nas últimas décadas, debatido por diversos setores e esferas da sociedade (academia, meio empresarial, classe trabalhadora etc.). Mesmo no meio acadêmico o tema tem sido abordado de diferentes formas, o que gera visões teóricas diferentes. Na maior parte dessa discussão, tem-se levantado a existência e o grau de do fenômeno da desindustrialização.

Para fins de análise e tendo como base os trabalhos mais relevantes publicados acerca do tema, está monografia levará em consideração a avaliação dos principais autores no que diz respeito aos processos dinâmicos de mudança estrutural e especialização produtiva, que por consequência, impacta na contribuição da indústria para o crescimento de longo prazo. Dentre as principais correntes, podemos destacar: o grupo de autores que possuem afinidades com o *mainstream*, o segundo grupo são considerados os estudiosos caracterizados por uma visão que se aproxima da visão Kaldoriana do crescimento e da especialização. E por último, podemos citar o grupo de especialistas que compartilham da visão Kaldorianas para justificar a relevância da atividade industrial, no entanto, adicionam elementos estruturalistas e

neoschumpeterianos na análise, dado que acreditam na evolução do perfil setorial dentro da indústria³.

O primeiro grupo de autores, visão tradicional, estabelece que o perfil da especialização setorial não teria influência sobre o crescimento econômico. Essa concepção está ligada aos modelos neoclássicos, devido ao crescimento precisar da acumulação dos fatores e do progresso técnico, que é determinado de forma exógena, quanto aos modelos mais modernos de crescimento endógeno. Já nas novas teorias do crescimento endógeno, há a identificação de que as atividades de pesquisa e desenvolvimento, devido ao seu caráter de bem parcialmente público e que podem gerar externalidades positivas. Além disso, pelo fato de apresentar retornos crescentes de escala, permitem explicar endogenamente o crescimento de longo prazo. Dentre os principais estudiosos de dessas “correntes”, merece destaque os trabalhos Bonelli (2013).

De acordo com Sarti e Hiratuka (2015, p.4):

O trabalho de Bonelli et al. (2013), que por sua vez atualiza o trabalho de Bonelli e Pessoa (2010), além de chamar atenção para a necessidade de correções metodológicas para a análise das séries das contas nacionais anteriores a 1995 e a preços constantes, busca situar o Brasil comparativamente a um conjunto de 170 países. Um primeiro fato que chama atenção é a constatação de que a indústria tem perdido peso em grande parte dos países e regiões, com exceção da Ásia e Oriente Médio. A partir de análise *crosssection* para os diferentes países, os autores buscam verificar a participação da indústria brasileira em relação ao previsto pelas regressões, dadas as informações de câmbio real, taxa de poupança, PIB per capita, PIB per capita ao quadrado, população e densidade populacional. Os resultados encontrados pelos autores mostram que ao longo do tempo, o Brasil passou de uma situação denominada de “doença soviética”, isto é, com uma participação da indústria muito superior à norma internacional nas décadas de 1970 e 1980 (mais especificamente até 1987), convergindo para a situação normal entre 1988 e 1993 e passando a ter uma participação da indústria no PIB um pouco inferior ao que seria esperado a partir de então. Ou seja, o movimento que se observa seria apenas uma correção de rota, dado o excesso de industrialização provocado pelo modelo de substituição de importações.

³ Análise feita por Sarti e Hiratuka (2015), em seu artigo: Transformação na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate.

Para o segundo grupo, o crescimento industrial deveria ser favorecido, pois é caracterizado por envolver economias estáticas e dinâmicas de escala, concentrar o progresso técnico, apresentar maiores efeitos de encadeamentos sobre os setores a montante e a jusante e apresentar maiores elasticidade-renda da demanda. Porém, uma vez ressaltados essas características para explicar a relevância da indústria, os autores desta linha direcionam a análise principalmente nas variáveis macroeconômicas, em especial na taxa de câmbio como variável principal para promover uma estrutura industrial competitiva. Nessa linha de pensamento, destacam-se os autores denominados novo desenvolvimentistas. A justificativa principal dos autores, entre eles a de Bresser Pereira (2012), é que em razão da disponibilidade de recursos, países em desenvolvimento acabam tendo vantagens ricardianas, que somadas à entrada de capitais ou às políticas cambiais populistas, voltadas para manter os salários reais artificialmente elevados, inviabilizariam a existência de indústrias competitivas que utilizam tecnologias no estado da arte mundial. A doença holandesa seria caracterizada por uma situação em que haveria uma diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial. A “gravidade” da doença holandesa, por sua vez, seria definida pela diferença entre as duas taxas.⁴

E por último, o grupo que em parte compartilha das ideias do grupo anterior para justificar a importância da atividade industrial, porém acrescentando elementos estruturalistas e neoschumpeterianos na análise, na medida em que dão importância à evolução do perfil setorial dentro da indústria. A base desses autores são o reconhecimento de que existem padrões setoriais de mudança técnica, que conseqüentemente, dependem não apenas da base técnica, mas também das formas de aprendizado e dos diferentes graus de cumulatividade nas trajetórias tecnológicas. Entre os trabalhos premiados, estão do IEDI (2007). Nesses estudos, é notado a diminuição da relação entre valor da transformação industrial e o valor bruto da produção, em grande parte dos setores industriais entre 1996 e 2006 para focar nas dificuldades da indústria no período. Porém, a análise aponta uma certa estabilidade na participação dos diferentes grupos de setores classificados por intensidade tecnológica⁵. É importante analisar, que enquanto as duas primeiras “visões” teóricas

⁴ Análise feita por Sarti e Hiratuka, 2015.

⁵ Análise feita por Sarti e Hiratuka, 2015.

focam mais em aspectos macroeconômicos para justificar o processo de desenvolvimento industrial. Portanto, estando a discussão centrada no debate macroeconômico. A terceira corrente, foca nos aspectos mais específicos da indústria, buscando entender sua evolução e entre os diferentes setores.

É perceptível que todo esse debate teórico acerca da desindustrialização tem, em certo grau, fundamentado a discussão sobre o desenvolvimento industrial no Brasil. Nesse sentido, as novas ideias apresentadas colocaram sobre a mesa a importância da indústria brasileira para o desenvolvimento econômico e levantou questionamentos sobre a existência ou não do processo de desindustrialização, suas causas e consequências, além de permitir avanços nas discussões sobre as diferentes bases de dados e metodologias utilizadas para mensurar a existência e o grau em que estaria ocorrendo o fenômeno⁶. No entanto, mesmo com todos esses avanços, é necessário adicionar e reconhecer de maneira mais detalhada as transformações em curso no sistema produtivo global. Desta forma, a próxima seção deste trabalho analisará as condicionantes que não permitem ou dificultam a economia brasileira avançar na direção de uma estrutura produtiva mais robusta.

3.3 As transformações na estrutura produtiva global

Como mencionado anteriormente, o conjunto de transformações (produtivas, concorrenciais e tecnológicas) em curso na economia global tem sido de grande impacto e tem dificultado a compreensão precisa do debate acerca do processo de desindustrialização da economia brasileira. Examinando as três correntes ou visões apresentadas no item acima e fazendo um paralelo com a realidade atual de nossa estrutura produtiva, faz-se sentido a terceira corrente, uma vez que ela adiciona a análise mudanças técnicas e a função fundamental das inovações tecnológicas no processo de desenvolvimento industrial e ao incorporar as variadas dinâmicas setoriais.

De acordo com Sarti e Hiratuka (2015), nas abordagens apresentadas na seção anterior, a questão desindustrialização “prematura” fica implícita, ou seja, que ocorre

⁶ Conclusões extraídas do artigo de Sarti e Hiratuka, 2015.

em níveis de renda per capita inferiores ao observados para os países centrais. No entanto, permite admitir em certo grau que existe um padrão no qual todos os países deveriam passar, e que o que os diferencia é o estágio em que se encontra, desconsiderando aspectos relacionados às especificidades históricas de cada país em desenvolvimento. A análise da defasagem em termos de desenvolvimento industrial passa a ser apenas uma questão de grau em relação ao padrão observado nos países avançados, seja em termos de participação da indústria no PIB ou em termos de participação dos diferentes setores dentro do total da indústria de transformação. O problema dessas conclusões, é que elas não levam em conta características qualitativas ligadas aos desafios do avanço industrial/ tecnológico quando se trata de uma economia ou estrutura produtiva em desenvolvimento.

Os estudos sobre o Sistema Nacional de Inovação descrevem que o desempenho industrial e inovativo é dependente do comportamento individual de empresas, organizações de ensino e pesquisa e as formas como elas se relacionam com outras esferas. Logo, as condições históricas e institucionais locais desenvolvidas conduzem o processo de aprendizado. Estes estudos também frisam para a importância cumulativa do aprendizado. Desta forma, existem barreiras que dificultam a passagem e a disseminação do conhecimento criado nos países centrais, por exemplo, para os países em desenvolvimento.⁷ No artigo “Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate”, seus autores destacam a partir dessa perspectiva, quatro principais tendências fundamentais para organizar a análise das transformações que vem ocorrendo na estrutura produtiva global nos últimos anos, sendo que há uma interligação entre essas transformações. Para Fernando e Célio são elas:

- 1) A rearranjo das estratégias globais de organização da atividade produtiva por parte das ETN e seu impacto no desenvolvimento industrial;
- 2) A segunda está ligada ao surgimento da China como grande fornecedora mundial de produtos manufaturados e seu papel, por exemplo, na formação dos preços da *commodities* e relevância no cenário mundial;
- 3) A terceira diz respeito à continuidade da concentração no domínio de conhecimento tecnológico por parte das grandes ETN.

⁷ Síntese realizada por Sarti e Hiratuka, 2015.

- 4) E por último, as políticas ativas por parte de diversos países para recuperar sua atividade industrial e fomentar a inovação em novas áreas e setores econômicos, como é o caso do Japão e Alemanha.

Nesse sentido, agora tendo claro a relevância da indústria no desenvolvimento econômico do Brasil e colocados os desafios apresentados como consequência das mudanças na economia mundial, percebemos que o debate vai muito além das “simples” soluções apresentadas até então (elevação da poupança interna, condicionamento da elevação do salário ao aumento da produtividade e intensificada abertura comercial). Assim como, a mudança do patamar da taxa de câmbio para uma estrutura compatível com o equilíbrio industrial apresentado pela segunda corrente teórica, mesmo que necessária, não é suficiente para dar conta do desafio atual da indústria brasileira. Por último, o aumento de atividades de inovação e elevação da participação de setores tecnológicos na estrutura industrial é fundamental, porém a questão principal é como alcançar esta meta, dado as mudanças apresentadas. No último capítulo dessa monografia, será apresentado indicadores (dados) chaves que mostram o estágio atual de nossa indústria.

4 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Nesta seção do trabalho, será caracterizado o estágio atual da indústria brasileira, com base na análise de indicadores chaves e com o intuito de demonstrar o quadro crítico do país frente as políticas adotadas nos períodos anteriores. Vale mencionar que dado a complexidade do tema, a exposição feita aqui apresentará os tópicos centrais da discussão com a finalidade de demonstrar as falhas das políticas em vigor e justificar o debate acerca do processo de desindustrialização. Alguns dados macroeconômicos nos ajudam a compreender com mais profundidade este problema, para que possamos entender melhor a complexidade do desafio, abaixo, uma tabela com a taxa média de crescimento dos componentes de demanda efetiva em porcentagem.

Tabela 4 - Taxa média de crescimento dos componentes de demanda efetiva (%)

	2003-2008	2008-2011
PIB Total	5,0	3,3
Consumo Família	7,0	5,1
Consumo Governo	3,6	3,1
Investimento	9,9	5,8
Exportações	16,3	1,5
Importações	21,3	11,3

Fonte: IBGE-CN / Ipea-Data.

Depois do período de crise e recessão que durou até 2003, a taxa do crescimento do PIB aumentou, devido a três variáveis. Foram elas: o aumento do consumo das famílias, incentivado pelo aumento do crédito ao consumidor, pela forte elevação do salário-mínimo real e de outras políticas sociais, como por exemplo a do Bolsa Família; a expansão do financiamento público ao investimento público e privado e a expansão criada pelo setor exportador, mesmo as importações tendo superado a partir de 2005 às exportações.⁸ Já a tabela 5, mostra as taxas de crescimento setoriais da economia brasileira. É perceptível que a indústria de transformação obteve os piores resultados, os mais baixos do PIB como consequência do baixo investimento e efeitos da crise de 2007.

⁸ Análise e dados extraídos de: "A desindustrialização no Brasil", Economia e Sociedade, Campinas, 2012.

Tabela 5 - PIB Total e Setorial: taxas medias anuais de crescimento (%)

Período	1989-2001	2001-2006	2007	2008	2009	2010	2006-2010	2011
PIB Total	2,2	3,0	6,0	5,2	-0,3	7,5	4,6	2,7
PIB Agricola	3,8	3,9	4,8	6,3,	-3,1	6,3	3,5	3,9
PIB Industrial	1,4	3,2	5,3	4,1	-5,6	10,4	3,4	1,6
PIB Industrial Transformação	1,4	2,8	5,6,	3,0	-8,7	10,1	2,3	0,1
PIB Serviços	2,4	3,2	6,1,	4,9	2,1	5,5	4,6	2,7

Fonte: IBGE-CN/Ipea-Data.

Com relação as taxas de crescimento da indústria, sabe-se que o setor de bens de capital e consumo duráveis apresentou um acentuado crescimento, no entanto era o segmento de bens de consumo duráveis que puxava a demanda.

Para Wilson Cano (2012, p. 838):

O IEDI em 2011 reafirmou sua visão crítica, advertindo que nesse ano houve um sério agravamento da crise industrial. Com efeito, em 2012, a taxa média de crescimento da indústria de transformação no período janeiro-junho foi – 4%. Tornou-se a mais grave queda dos setores de bens de capital (-12,5%) e de bens de consumo durável (-9,4%), tendo os setores de bens intermediários (-2,5%) e o de consumo não duráveis (-0,3) quedas menores.

4.1 A reprimarização da pauta exportadora e a estrutura da pauta importadora

A tabela abaixo mostra a estrutura da pauta exportadora nas últimas décadas os níveis de industrialização (Produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados). Analisa-se, por exemplo, que a participação dos produtos indicados na balança exportadora brasileira, aproximadamente 60% em 2000, passa para 36,7% em 2011. O mesmo movimento decrescente percebe-se também com os semimanufaturados (15,8 para 14,3). De acordo com Cano (2012), os dados apresentados na tabela não oscilantes o que representam forte regressão e indícios de reprimarização da pauta exportadora.

Tabela 6 - Exportações segundo fator agregado (%)*

Ano	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1964	85,4	8,0	6,2
1980	42,2	11,7	44,8
1985	33,3	10,8	54,9
1990	27,8	16,2	54,2
1995	22,9	20,8	56,2
2000	23,4	15,8	60,7
2006	29,9	14,5	55,6
2007	32,8	13,9	53,5
2008	37,9	13,8	48,1
2009	41,4	13,7	45,0
2010	45,5	14,3	40,2
2011	48,9	14,3	36,8

(*) Exclui Operações Especiais.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

Quando analisamos as informações de importação (tabela 7) com os dados de bens de capital, consumo duráveis e bens intermediários (retirando combustíveis e lubrificantes), observa-se um movimento contrário as exportações. As importações totais cresceram cerca de 4,8 vezes no período compreendido entre 2011 e 2002, as de bens de capital e bens intermediários um pouco menos, 4,1 e 4,3 vezes respectivamente. E as de consumo durável e não durável cresceram 9,6 e 4,7 vezes.⁹

Tabela 7 - Importações (em US\$ bilhões)

Ano	Total	Bk	Bi*	Bcd	Bcn
2002	47,2	11,6	23,4	2,5	3,4
2003	48,3	10,4	25,8	2,4	3,1
2004	62,8	12,1	33,5	3,2	3,7
2005	73,6	15,4	37,8	3,9	4,6
2006	91,4	18,9	45,3	6,1	5,9
2007	120,6	25,1	59,4	8,3	7,8
2008	173,2	35,9	83,1	12,7	9,8
2009	127,6	29,7	59,7	11,6	9,9
2010	181,6	41,0	83,9	18,6	12,8
2011	226,2	47,9	100,1	24,1	16,0

(*) Exclui combustíveis e lubrificantes.

Fonte: MDIC.

O aumento das importações, principalmente o ligado aos bens de consumo duráveis, se deu graças ao valor do dólar baixo e a abertura comercial mal

⁹ Análise e dados extraídos de: "A desindustrialização no Brasil", Economia e Sociedade, Campinas, 2012.

direcionada. Como consequências desses processos, as cadeias produtivas e empresas estão sendo em alguns aspectos eliminadas.

4.2 A política macroeconômica e o balanço de pagamentos

A tabela 8 resume os efeitos implícitos e explícitos da política macroeconômica perversa, na qual ultrapassa os limites de importações e exportações, pois o câmbio barato os gatos com vários outros serviços. Por exemplo, os gatos líquidos em serviços em 2005 foram de - US\$ 8,3 para - US\$ 37,9 bilhões em 2011. Os efeitos do câmbio barato e a baixa oportunidade de investimentos geram efeitos negativos sobre a renda, contribuindo desta forma para a diminuição dos reinvestimentos e aumentem as remessas de lucros e dividendos.

Tabela 8: Balanço de pagamento (em US\$ bilhões)

Ano	Comercial	Serviços	Rendas	Transações correntes	Amortizações
2005	44,7	-8,3	-26,0	14,0	33,2
2006	46,1	-9,6	-27,4	13,6	44,1
2007	40,0	-13,2	-29,4	1,6	38,1
2008	24,8	-16,7	-40,6	-28,2	22,4
2009	25,3	-19,2	-33,7	-24,3	30,3
2010	20,2	-30,8	-39,6	-47,4	32,7
2011	29,8	-37,9	-47,3	-52,6	38,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

Para arcar com o déficit, a política macroeconômica mantém a economia desregula e os juros reais em níveis elevando, como o intuito de atrair capitais externos. Porém, com os juros alto entram mais do que o necessário, fazendo com que a reserva seja mais financeira do que comercial. Outro ponto importante, com relação a essa temática é o desestímulo ao investimento interno e o dólar barato incentivam fortemente a saída de capitais brasileiros. Para efeitos de exemplificação, até 2001 o total aplicado no exterior era de aproximadamente US\$ 68,8 bilhões ao passo que em 2010 esse total era de US\$ 274,6 bilhões e sendo que boa parte desses financiamentos tem sido realizados pelo BNDES.

Com relação a dívida externa total ao passivo externo líquido e as reservas acumuladas (Tabela 9), percebe-se que se descontadas as reservas do passivo externo, o passivo líquido aumentaria em US\$ 298 bilhões em 2004, para US\$ 887 bilhões em 2010. Um ponto importante é que a maioria dos investimentos externos são títulos em carteiras mais mobilizáveis e passíveis, logo é mais rápida a fuga. É

importante ressaltar que o ponto da discussão não é a relevância das reservas e sim, se são suficientes para evitar uma crise com grande fuga de capitais.

Tabela 9: Dívida externa e passivo líquido externo

Ano	Dívida externa bruta	Passivo externo líquido *	Reservas totais
2004	220,2	298	50,1
2005	188,0	317	64,3
2006	199,4	369	83,1
2007	240-,5	550	177,1
2008	262,9	283	194,7
2010	351,9	887	285,5
2011	402,4	723**	352,0

(*) Em 2008, o BC passou a divulgar o dado “Posição Internacional do Investimento”, que é menor do que o dado do antigo cálculo do PEL. A grande redução entre 2007 e 2008 refere-se à forte saída de investimentos em carteira.

(**) dados de 9/2011

Fonte: Banco Central do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho permitiu identificar uma série de fatores relacionados à relevância da indústria e como este processo reflete no grau do desenvolvimento brasileiro. Após três capítulos detalhados sobre a evolução da indústria no Brasil, suas diversas fases, os agentes atuantes e os movimentos globais condicionantes, as alterações na política econômica e no modelo de desenvolvimento, foram marcantes na economia real e no desenvolvimento do trabalho. No primeiro capítulo notamos que, após o fim da segunda guerra mundial, a indústria no Brasil se desenvolveu de forma expressiva no sentido de se modernizar e se consolidar como eixo dinâmico da economia. Dentre os principais agentes atuantes nesse processo, destacaram-se o Estado, o capital privado nacional e o investimento estrangeiro.

No decorrer da monografia, percebe-se que no início dos anos 90 o foco da política econômica sofre alterações substanciais, na tentativa de reestabelecer os períodos áureos, de maior crescimento nas décadas anteriores principalmente com a política de substituição de importações. No entanto, mesmo tendo alguns acertos como a implementação do plano real que foi fundamental para o combate à inflação, após inúmeras tentativas fracassadas com os outros planos criados, verifica-se que a política implementada contribuiu de forma significativa para uma espécie de atrofiamento de nossa estrutura industrial, fazendo com que começasse a surgir nas mais diversas esferas de nossa sociedade o debate acerca do processo de desindustrialização, bem como a relevância da indústria para o crescimento e desenvolvimento do país.

Um fator que merece nossa atenção e fica explícito após a apresentação das ideias postas aqui, é falta de estratégia capaz de retomar o crescimento e desenvolvimento do país, mesmo levando em consideração nossas limitações e os movimentos da economia mundial, como por exemplo o acirramento da concorrência no sistema capitalista. Ainda no governo Lula, que teve como principais políticas a indústria nacional, a questão da destruição de renda e o incentivo com o crescimento da China, verifica-se que o PIB do país não cresceu de forma expressiva e os produtos aqui desenvolvidos não possuem elevado valor agregado, o que põe em xeque mais uma vez o modelo de crescimento e desenvolvimento adotado nas últimas décadas, reafirmando também o processo de desindustrialização em curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, J. R. M. e GOLDENSTEIN, Lídia. “Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro”. Revista de Economia Política, vol. 17, 1997.

CANO, Wilson. “A desindustrialização no Brasil”. Economia e Sociedade, Campinas, V.21, 2012.

CARVALHO, Laura. “Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico”. Todavia, São Paulo, 2018.

GUIMARÃES, E. A. “A experiência recente da política industrial no Brasil”, IE UFRJ, 1995.

IEDI. “Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?”. São Paulo, 2005.

_____. “Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente”. São Paulo, 2007.

IPEA. “Produtividade no Brasil nos anos 2000-2009: análise das Contas Nacionais”. Brasília, 2012.

LACERDA, A. C., BOCCHI, J. I., REGO, J. M., BORGES, M. A. e MARQUES, R. M.. “Economia Brasileira”, Editora Saraiva, 6ª Edição, 2018.

PEREIRA, L.C.B. “Quase estagnação no Brasil e o novo desenvolvimentismo”. Revista de Economia Política, vol. 42, São Paulo 2022a.

_____. “Macroeconomia da Estagnação”. Editora 34, São Paulo 2022b.

_____. “A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento”. Estudos Avançados, 26, São Paulo 2012.

RODRIGUES, C., FILHO, R. e PEREIRA, N. “Perspectivas para a indústria brasileira do primeiro decênio dos anos 2000: uma revisitação ao passado como subsídio à análise”. UFF, Rio de Janeiro, 2017.

SARTI, Fernando e HIRATUKA, Célio. “Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate”. Instituto de Economia da UNICAMP, 2015.

SERRA, José. “Ciclos e mudanças estruturais na economia do após-guerra”. Revista de Economia Política, Vol.2/2, Nº6, 1982.

SUZIGAN, Wilson. “Estado e industrialização no Brasil”. Revista de Economia Política, Vol.8, Nº4, 1988.

_____. “A indústria brasileira após uma década de estagnação: Questões para política industrial”. Biblioteca do Banco Central do Uruguay, 1991.

TAVARES, M. C. e BELLUZO, L. G. M. “Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil”. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 1979.

VERGNHANINI, Rodrigo. “O debate sobre a mudança estrutural da economia brasileira nos anos 2000”. UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.